

## TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

No \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2018

### I - Identificação: (Título/Objeto da Despesa)

**Título:** Apoio à elaboração, implantação e gestão de agroindústrias: geração de emprego e renda em Áreas de Reforma Agrária nas regiões Norte e Nordeste - Brasil

**Objeto:** Estimular e fortalecer o desenvolvimento socioeconômico das áreas de assentamentos de reforma agrária, fomentando a geração de emprego e renda, a partir da elaboração de projetos, acompanhamento de implantação e operacionalização de agroindústrias, assessoria técnica e formativa à gestão de cooperativas.

### II - UG/Gestão-Repassadora e UG/Gestão-Recebedora e seus Dados Bancários

#### II.I- UG/Gestão Repassadora:

<b>Entidade/Instituição / SIGLA:</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA		
<b>UG:</b> 373001	<b>Gestão:</b> 37201	<b>CNPJ/MF:</b> 00.375.972/0001-60
<b>Endereço:</b> SBN QD 01 Bloco D - Edifício Palácio do Desenvolvimento - Asa Norte		
<b>Telefone:</b> (61) 3411-7439		
<b>Nome do responsável:</b> EWERTON GIOVANNI DOS SANTOS		<b>C.P.F.:</b> [REDACTED]
<b>RG / Órgão expedidor:</b> [REDACTED] SSP/MG		
<b>Cargo/ Função:</b> Diretor		

#### II.II - UG/Gestão Recebedora:

<b>Entidade/Instituição / SIGLA:</b> FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO		
<b>UG:</b> 154041	<b>Gestão:</b> 15258	<b>CNPJ/MF:</b> 06.279.103/0001-19
<b>Endereço:</b> Av. dos Portugueses, 1966. Bacanga - CEP 65080-805. São Luís - MA		
<b>Telefone:</b> (98) 3272-8000		
<b>Nome do responsável:</b> NAIR PORTELA SILVA COUTINHO		<b>C.P.F.:</b> [REDACTED]
<b>RG / Órgão expedidor:</b> [REDACTED] -SSP-MA		
<b>Cargo/ Função:</b> Reitora		

### III - Justificativa: (Motivação/Clientela/Cronograma físico)

No Brasil um elemento que demarca a agricultura industrial brasileira é a articulação das diversas formas de organização do trabalho e propriedade da terra. Elemento que o torna um dos países mais desiguais do mundo, marcado pela concentração de renda e riquezas, assumindo diferentes formas e efeitos de acordo com as circunstâncias (GUNDER FRANK, 2005, pg. 61-62).

b 

Muitos estudos apontam que a origem destas desigualdades se encontra ainda no processo de colonização portuguesa. E aspectos como a subordinação e a inserção periférica são a chave para compreender como se configura historicamente a economia e o principal problema agrário brasileiro, o monopólio da propriedade da terra e dos demais meios de produção no país. Isso nos garante uma economia pensada para atender a necessidade das potências centrais, seja nos primórdios coloniais com especialização econômica voltada para mercado externo, seja atualmente com a chamada economia do agronegócio.

Mas, também, historicamente, existem organizações e iniciativas, tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil, que buscam a superação das desigualdades. No campo, é emblemática a luta pela terra e pela reforma agrária e a implantação de assentamentos tem sido a principal ação de reordenamento fundiário, ainda que persista a estrutura de concentração da propriedade privada da terra em todo o país.

De forma muito particular a reforma agrária apresenta aspectos bastante significativos no que diz respeito às relações de trabalho no campo, historicamente marcado por conflitos, violência e a baixa remuneração do trabalho agrícola, pois com a distribuição da terra, é notório o avanço para os territórios conquistados, a partir de um conjunto de ações a ela associadas, com destaque para a infraestrutura produtiva, assistência técnica, acesso ao crédito e a importantes programas que estimulam a produção camponesa, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Articuladas ao fortalecimento da produção, destacam-se ações e programas de educação, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que possibilitam a formação e capacitação profissional para as áreas de reforma agrária.

Neste sentido, importante destacar que a reforma agrária, enquanto resposta do Estado às lutas e reivindicações sociais, constitui a ação estatal mais importante “para promover o crescimento econômico com distribuição de renda, impulsionando tanto a economia local quanto o desenvolvimento regional por meio da geração de trabalho e empregos” (LEITE, 2017, p. 03). Isto, porque sua execução é capaz de corrigir não somente as distorções referentes ao aspecto fundiário, mas também de reordenar a forma de utilização das terras agricultáveis pautada na função social que a terra deve cumprir, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988.

Porém, apesar da importância das conquistas no campo da luta pela reforma agrária, com a formulação jurídica do Estatuto da Terra, a Constituição Federal de 1988 e os sucessivos planos de governos, como os Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA I e II, ainda existe no Brasil uma resistência dos setores mais conservadores que obstaculiza a plenitude da reforma agrária, reduzindo-a a ações pontuais, fragmentadas e descontínuas, o que determina a sua não consolidação e a não superação das desigualdades no campo.

Assim, o desenvolvimento nas áreas reformadas é condição básica para a permanência das famílias no campo, desde que asseguradas as condições para os camponeses terem vida digna no campo e neste sentido, destaca-se o papel da assistência técnica como estratégica para que a reforma agrária não se restrinja à mera distribuição de terras, mas que possibilite às famílias assentadas autonomia em relação à produção e, efetivamente, a melhoria de suas condições de vida.

A importância da assistência técnica pode ser registrada mesmo com processos fragmentários como a experiência da extensão rural, a partir do sistema EMBRATER, principalmente nas regiões a serem atendidas por este projeto, assim como as iniciativas de assistência técnica desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que, mesmo como ações descontínuas foram determinantes para o acesso, ainda que mínimo, de crédito e adoção de novas tecnologias sociais pelas famílias assentadas, o que potencializou a organização de importantes arranjos produtivos, com mudanças na matriz tecnológica; acesso a circuitos comerciais locais e regionais; assim como a melhoria na organização e gestão de entidades associativas em assentamentos de reforma agrária no Brasil, com vários desdobramentos sociais e econômicos nestes territórios.

Como resultado, a participação dos assentados em cooperativas e na gestão de empreendimentos agroindustriais coletivos constitui uma referência em todo país, sendo mais representativas as regiões Sul e Sudeste, que têm tido mais oportunidades de acesso a crédito e, conseqüentemente, assumido papel de destaque no fortalecimento de cadeias produtivas estratégicas para os assentamentos. Tal modelo produtivo se apresenta em contraposição à estratégia dos complexos agroindustriais e de exploração mineral voltados apenas ao lucro, que recebe do Estado, incentivos com programas de extensão rural, pesquisa e crédito subsidiados.

Neste sentido destacamos o grande potencial do setor agropecuário e principalmente o público alvo que objetiva este projeto, uma vez que vive no campo 29% da população NO/NE e 17,6% no Brasil. Tomando como referência a população, o Maranhão é o estado mais rural, com um total de 2.425,955 habitantes ou 37% da população residindo no campo. Segundo o Censo do IBGE de 2010, cerca de 59% dos municípios possuem menos de 20.000 habitantes, podendo ser considerados essencialmente rurais. E 90% tinham menos de 50.000 habitantes, ou seja, sendo relativamente rurais, o que representava quase 54% da população total do Estado, ou 3.533.342 habitantes.

O aspecto da produção constitui a principal temática de estudo num contexto de ruralidade historicamente bem demarcada seja pelo contingente populacional, ou pelas condições socioeconômicas deste. Sendo valorizada principalmente pelo aspecto comercial, a produção agrícola uma vez beneficiada, industrializada e comercializada, faz do setor agrícola uma a

principal fonte de transferência de renda. A não existência deste arranjo produtivo faz com que o campo ocupe o lugar do atraso e dos baixos indicadores de desenvolvimento. Este fato explica a quadra histórica cujos estados como Bahia e Maranhão, ocupam lugar de destaque na Renda Bruta da Produção – RBP sendo respectivamente primeiro e segundo lugar no Ranking do Nordeste, apesar dos indicadores de pobreza, principalmente do Maranhão.

Numa perspectiva de modelo produtivo com estruturação das cadeias voltadas para agricultura familiar alterando o atual quadro da renda centralizada, as famílias assentadas e a reforma agrária poderão cumprir a tarefa clássica de dinamizar a economia dos municípios a partir do comércio e agroindústrias, alterando a realidade historicamente conhecida de que o setor primário é o que menos participa da renda da produção com apenas 11%, e a maior parte com outros setores da cadeia produtiva.

Trata-se portanto de uma situação problema inerente ao modelo de desenvolvimento onde o pequeno produtor rural historicamente não tem perspectivas de melhoria de renda apenas na produção primária e portanto limitado enquanto transferidor de renda, estando condicionado a relações de produção subalternas, dependência de programas sociais, relações de trabalho análogo a escravidão ou simplesmente a migração para as periferias urbanas. E sendo esta a situação, a geração de renda a partir da agricultura é central para reorientar um conjunto de fatores, principalmente de planos e programas de combate a pobreza e miséria no campo cujas ações terão efeito a partir de reestruturação de cadeias produtivas que valorize o agricultor, a agricultura e possibilite o acesso aos meios de produção, mercado e preço.

As políticas sociais compensatórias e as estratégias de inclusão produtiva são ferramentas importantes para os setores do campo que mais enfrentam obstáculos para produção da renda a partir da produção familiar, seja nas dificuldades de adequar-se ao mercado e a um conjunto de novas exigências para ingressar nas atividades econômicas. Assim, estratégias de inclusão devem estar associadas a investimentos no setor, dinamização da economia local na perspectiva de soberania alimentar, de modos a provocar respostas objetivas dos gestores públicos rumo à organização das principais cadeias produtivas da agricultura familiar na região.

A partir desta compreensão, em 2012 firmou-se parceria entre a UFMA e INCRA com o objetivo de oferecer suportes para feitura de projetos, atendendo demanda das cooperativas e associações descobertas por instituições de assessoria e elaboração de propostas de projetos de potenciais cadeias produtivas. Olhando principalmente para carteira de projetos do INCRA e do Programa Terra Forte, a inicialmente o Termo de Cooperação - TC firmado entre as duas instituições atenderiam a dezesseis (16) entidades (associações e Cooperativas) focando em iniciativas de cooperação associadas à agroindustrialização, e a agregação de valor aos produtos agrícolas.

A importância desta parceria poderá ser analisada por ambos, a partir de um esforço de otimização de trabalho da equipe em sugerir novas ações a partir de dois fatores fundamentais. O primeiro refere-se a ampliação de ações demandadas pelo conjunto das organizações envolvidas e o segundo a adequação das ações do Termo de Cooperação às mudanças conjunturais que refletiram no cronograma do programa Terra Forte com vigência para o período 2012 a abril de 2018.

As entidades dos assentamentos constituídas como espaços estratégicos de participação e decisão das famílias também se adequaram tanto nas relações entre produtores associados/cooperados, como na relação com os parceiros e instituições financeiras. Algumas converteram-se em cooperativas como resultado do trabalho de formação realizado no período e como forma de acessar recursos como os do programa Terra Forte com maior nível de exigência para comprovação de carta de crédito.

Neste contexto de crises do sistema financeiro em escala internacional, foram poucos os resultados na ponta para qualquer segmento de economia solidária e familiar. As organizações produtivas enfrentam cada vez uma relação de muita competitividade resultando em difícil acesso a financiamentos dos empreendimentos pretendidos e dificuldades em se estabelecer comercialmente. No entanto, muitas demandas motivaram a proposituras de projetos, acompanhamento às entidades, capacitações, intercâmbios, resultando em um instrumental básico para os assentados acessarem as fontes de financiamento nos principais programas de agroindústrias.

Nesta perspectiva, quarenta e nove (49) assentamentos foram contemplados com a primeira edição do Termo de Cooperação onde foram apresentados quarenta e seis (46) projetos, atendendo as exigências de dezoito (18) fontes diferentes de financiamento, superando a meta inicial de dezesseis (16) projetos para uma única fonte de financiamento.

PROJETOS ELABORADOS	CADEIAS PRODUTIVAS	FONTES DE CRÉDITO	ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS INDIRETAMENTE	CAPACITAÇÕES	PARCERIAS
46	23	18	49	11.906	48	81

Seguramente está iniciada uma nova fase em matéria de demandas qualificadas de agroindústria, que nos leva a sugerir a continuidade de programas estruturantes a exemplo do Programa Terra Forte, criado em fevereiro de 2012, com vigência para cinco anos, podendo ser renovado a critério dos parceiros (BB, MDA, MDS, INCRA e CONAB). O Valor total do programa é de R\$ 300 milhões, sendo R\$ 150 milhões do BNDES, R\$ 20 milhões da Fundação e R\$ 130 milhões dos demais parceiros.

A importância do programa Terra Forte e de outros programas como Terra Sol (programa específico do INCRA), foi de motivar a qualificação de demandas de agroindústrias em todo País. Na região objeto deste projeto esta demanda tem participação em onze (11) cadeias produtivas, que

embora todas necessitem de organização nos vários elos, são indutoras da ação dos agentes públicos.

Uma inovação deste projeto será a inserção das ações ambientais junto aos assentamentos. Com a aprovação da Lei 12.651 de 25 de maio de 2012, o novo Código Florestal abre uma série de excepcionalidades para os pequenos agricultores. Pelas novas regras, todo agricultor deve se inscrever no Cadastro Ambiental Rural. Para os agricultores familiares, a inscrição será simplificada e deverá contar com apoio técnico e jurídico do poder público. Com a publicação da Instrução Normativa n. 002 do Ministério do Meio Ambiente de 06 de maio de 2014, estabeleceu a obrigatoriedade dos órgãos fundiários inscrever seus projetos de reforma agrária no cadastro ambiental rural, primeiro por meio do seu perímetro e posteriormente a individualização dos seus lotes. Enquanto imóveis com mais de quatro módulos fiscais devem recuperar áreas de preservação permanente (APPs) desmatadas às margens de rios em índices que variam entre 30 e 100 metros, conforme o tamanho do curso d'água, os pequenos devem recompor as matas ciliares em índices que vão de 5 a 15 metros, dependendo da extensão da propriedade e independentemente da largura do rio, e sim levando em conta o tamanho da propriedade.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o primeiro passo para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), a serem coordenados pelo governo federal e os estados. Neste, o cálculo de quanto cada produtor tem de passivo em termos florestais, possibilita que os pequenos produtores se tornem os maiores beneficiados.

O projeto, no seu desenvolvimento, promoverá Inovação Tecnológica. Será utilizada a metodologia de coleta de informações em campo desenvolvida pelo INCRA em parceria com a UNB no projeto RADIS-MT/FUP-UnB, em aplicação no Projeto de Regularização Ambiental e Diagnósticos dos Sistemas Agrários dos Assentamentos do Norte do Mato Grosso. A viabilização do presente projeto requereu a adoção de um sistema com capacidade para aperfeiçoar o trabalho das equipes de campo, proporcionando agilidade na circulação das informações e dados, bem como incorporação de ferramentas dotadas de câmeras fotográficas e GPS, possibilitando que as visitas a campo sejam conclusivas na fase de diagnóstico e coleta de informações.

Outro elemento importante na busca de soluções é a adoção de plataformas desenvolvidas através de softwares livres, disponibilizados para utilização sem custos de aquisição pelos seus usuários, evitando investimento em licenças de programas de alto custo para desenvolvimento e utilização pelos usuários e a possibilidade de adaptação e disponibilização do código fonte para projetos futuros. As ferramentas provêm um sistema completo de gerenciamento de dados, baseados em formulários a serem respondidos em dispositivos móveis, como celulares ou tablets,.

Este projeto, portanto, apresenta-se com caráter de continuidade, possibilitando a ampliação do público alvo, abrangendo outras áreas de assentamentos, famílias e entidades associativas cooperativadas, a partir do desenvolvimento de cadeias produtivas específicas, que contribuirão com a geração de renda das famílias e desenvolvimento local, a partir dos assentamentos, mas também regional, na medida em que altera as relações comerciais, sociais e econômicas de seu entorno.



**CRONOGRAMA FÍSICO**

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	ETAPAS	INDICADORES DE RESULTADOS ESPERADOS			PERÍODO	
			QTDE	UNIDADE	INÍCIO	TÉRMINO	
Constituir as equipes técnicas e designação projeto	Meta 1.1. Seleção, contratação e capacitação da Equipe Técnica	Etapa 1.1.1. Constituição da equipe de articulação e coordenação do projeto (articuladores regionais (1), articulares estaduais(5), secretaria(1))	7	Contratação	Set/18	set/18	
		Etapa 1.1.2. Seleção e Contratação de profissionais de nível superior com perfil interdisciplinar	20	Contratação	set/18	set/18	
		Etapa 1.1.3. Seleção de Bolsistas	1	Celebração de contrato	set/18	mar/21	
		Etapa 1.1.4. Encontro de nivelamento e capacitação inicial das equipes	1	Encontro	set/18	set/18	
	Meta 1.2. Coordenação, monitoramento e avaliação das ações do projeto	Etapa 1.2.1. Construção do instrumental técnico de trabalho das equipes (modelo de relatórios, registros, frequências)	4	Oficina	set/18	set/18	
		Etapa 1.2.2. Realizar reuniões semestrais da Coordenação Geral	10	Reunião	set/18	set/21	
Monitoramento e avaliação das ações do projeto	Meta 1.2. Coordenação, monitoramento e avaliação das ações do projeto	Etapa 1.2.3. Encontros Estaduais de monitoramento e avaliação com Coordenação, Equipe Técnica e representação das entidades	4	Encontro	set/18	set/21	
		Etapa 1.2.4. Seminário anual do TC para avaliação, planejamento, monitoramento dos trabalhos realizados e capacitação.	3	Seminário	set/18	set/21	
	Meta 1.2. Coordenação, monitoramento e avaliação das ações do projeto	Etapa 1.2.5. Visitas de Monitoramento nos Estados	13	Visita	set/18	set/21	
		Etapa 1.2.6. Reuniões de coordenação nacional dos TED	10	Reunião	set/18	set/21	



OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	ETAPAS	INDICADORES DE RESULTADOS ESPERADOS			PERÍODO	
			QTDE	UNIDADE	INÍCIO	TÉRMINO	
Elaborar e monitorar projetos de desenvolvimento de cadeias produtivas	Meta 2.1. Elaboração e apresentação de novas propostas de projetos	Etapa 2.1.1. Seminário anual de cadeia produtiva	3	Seminário	set/18	set/21	
		Etapa 2.1.2. Encontros de mobilização e planejamento das atividades do TC local junto às entidades por cadeia produtiva nos estados	38	Encontro	set/18	out/18	
		Etapa 2.1.3. Diagnóstico socio produtivo dos associados das entidades	38	Diagnóstico	set/18	mar/19	
		Etapa 2.1.4. Elaboração do Plano Estratégico junto às entidades	38	Plano Estratégico	set/18	dez/18	
		Etapa 2.1.5. Elaboração de Pré-projetos, zootécnicos, ambiental e planos de viabilidade por cadeia produtiva nos estados	38	Pré-projeto	set/18	dez/19	
		Etapa 2.1.6. Elaboração de projetos técnicos e planos executivos	38	Plano	set/18	dez/19	
		Etapa 2.1.7. Assembleia para apresentação e validação de Projeto junto às entidades	38	Assembleia	set/18	set/18	
		Etapa 2.1.8. Elaboração de planos de gestão	38	Plano de Gestão	set/18	dez/19	
		Etapa 2.1.9. Elaboração de estudo de mercado	38	Estudo de Mercado	set/18	dez/19	
		Etapa 2.1.10. Elaboração de estudo de impactos ambientais	38	Estudo Ambiental	set/18	set/19	
Meta 2.2. Acompanhamento a projetos agroindustriais elaborados pelo TC INCRA/UFMA 002/13	Meta 2.2. Acompanhamento a projetos agroindustriais elaborados pelo TC INCRA/UFMA 002/13	Etapa 2.2.1. Atualização e implantação dos projetos agroindustriais já elaborados pelo TC INCRA/UFMA 02/13	8	Projeto	set/18	dez/19	
		Etapa 2.2.2. Assessoria às entidades proponentes e qualificação dos gestores.	38	Qualificação	set/18	jun/21	

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	ETAPAS	INDICADORES DE RESULTADOS ESPERADOS			PERÍODO	
			QTDE	UNIDADE	INÍCIO	TÉRMINO	
ativo 3 - essorar camente erativas ociações	Meta 3.1. Acompanhamento jurídico, administrativo e contábil	Etapa 3.1.1. Regularização junto aos órgãos fiscalizadores	38	Qualificação	set/18/18	jun/21	
		Etapa 3.1.2. Oficina de gestão administrativa	38	Oficina	set/18	jun/19	
	Meta 3.2. Acompanhamento em venda e marketing	Etapa 3.2.1. Elaboração do plano de comercialização	38	Plano	set/18	dez/18	
		Etapa 3.2.2. Oficina de comercialização	38	Oficina	jan/19	jun/19	
		Etapa 3.3.1 Realizar CAR nos assentamentos das entidades e validar os dados	9.600	CAR de PA e PE	Dez/19	jul/20	
	Meta 3.3 Cadastro Ambiental Rural, Validação e PRAD	Etapa 3.3.2 Montar base de dados nas nuvens para integrar o RADIS INCRA	1	Site	out/18	jun/21	
		Etapa 3.3.2 Realizar PRAD nas propriedades que tiveram irregularidades com relação ao novo Código Florestal	4.000	PRAD de PA e PE	jul/20	jun/21	

OBJETIVOS SPECÍFICOS	METAS	ETAPAS	INDICADORES DE RESULTADOS ESPERADOS			PERÍODO	
			QTDE	UNIDADE	INÍCIO	TÉRMINO	
Objetivo 4 - remover o acesso das famílias as políticas públicas	Meta 4.1 - Levantamento da Demanda de Crédito de instalação do Incrá com a elaboração dos projetos com ênfase na análise dos sistemas agrários	Etapa 3.3 - Identificar a demanda de Crédito de instalação e/ou habitação junto as famílias assentadas	9.600	Famílias	set/18	dez/19	
		Etapa 3.3.4 - Apresentação da demanda ao INCRA	9.600	Famílias	set/18	dez/19	
		Etapa 3.3.5 - Credenciamento junto ao INCRA, e elaboração e apresentação dos projetos para financiamento pelo INCRA	4.000	Famílias	set/18	dez/19	
		Etapa 3.3 - Identificar a demanda apoio Produtivo (PRONAF e outros) junto as famílias assentadas.	9.600	Famílias	set/18	dez/19	
		Etapa 3.3.4 - Apresentação da demanda ao INCRA para emissão de DAP A	1.000	Famílias	set/18	dez/19	
		Etapa 3.3.5 - Credenciamento junto a SEAD, e elaboração e apresentação dos projetos para financiamento	1.000	Famílias	set/18	dez/19	

#### **IV - Relação entre as Partes: (Descrição e Prestação de Contas das Atividades)**

##### **I - COMPETE AO INCRA:**

- a) descentralizar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução das ações objeto do presente Termo de Execução Descentralizada, obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho;
- b) designar através de ordem de serviço específica, servidores para acompanhar a execução e supervisionar, ao seu critério, as atividades conforme cronograma de execução estabelecido no referido Plano de Trabalho, garantindo a plena execução física do objeto;
- c) estabelecer as prioridades técnicas e as diretrizes de execução do recurso descentralizado, juntamente com a Universidade de Brasília (UnB);
- d) especificar, juntamente com a Universidade de Brasília (UnB), nos contratos firmados, o objeto a ser executado, identificando os produtos e as ações formativas;
- e) analisar os relatórios de execução física enviados pela Universidade de Brasília (UnB) e emitir parecer sob o aspecto técnico, quanto à execução física e atingimento dos objetivos do presente
- f) organizar, em conjunto com a Universidade de Brasília (UnB), encontros para esclarecimentos e orientações adicionais, bem como para a informação sobre o andamento das ações em desenvolvimento;
- g) acompanhar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo, inclusive designando servidores especificamente para esse fim, informando à Universidade de Brasília (UnB), quando forem detectadas ocorrências de eventuais desvios.

##### **II - COMPETE À UFMA:**

- a) executar o objeto pactuado no prazo previsto no Plano de Trabalho;
- b) comprovar a correta e regular utilização dos recursos repassados junto aos órgãos de controle interno e externo;
- c) contratar, sempre que necessário, serviço ou atividade indispensável à complementação da execução do projeto;
- d) prestar informações, fornecer dados e apoiar as ações necessárias ao pleno desenvolvimento do monitoramento por parte do INCRA;
- e) facultar o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas envolvidas no instrumento e os do controle interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União, aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos de transferência, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) dirigir e manter, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal qualificado necessário à execução direta dos serviços, assumindo todos os encargos de ordem trabalhista e
- g) previdenciária correspondentes;
- h) observar os procedimentos legais necessários à contratação de empresas e/ou profissional prestador de serviço e/ou compra através de terceiros, observada a legislação em vigor (Lei 8666/1993 e alterações, Lei 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005 e IN SLTI-MP/02/2008);
- i) restituir os valores transferidos, nas hipóteses de inexecução do objeto, utilização dos recursos com a finalidade diversa da estabelecida e/ou falta de apresentação das prestações de contas físicas finais/parciais dentro dos prazos exigidos;



- j) levar imediatamente ao conhecimento do INCRA qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra na execução do objeto desse TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA.

Por se tratar de descentralização de crédito, a prestação de contas do recurso destacado pelo INCRA à UFMA deverá ser incluída na prestação de contas anual global da UFMA, que será apresentada ao órgão de controle externo, conforme os preceitos legais.

O prazo de guarda e conservação de documentos para fins de prestação de contas e tomada de contas será por um período de 10 (dez) anos, a contar da data em que foi aprovada a prestação de contas, podendo mantê-lo em arquivo digital.

Na hipótese de digitalização, os documentos originais serão conservados em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes e contratantes pelo Tribunal de Contas da União, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo.



V - Previsão Orçamentária:

**PLANO DE APLICAÇÃO**

Natureza da Despesa		Participação - Exercício:			
Código	Especificação	2018	2019	2020	2021
33 90 30	Material de consumo	R\$ 1.068.013,74	R\$ 361.472,58	R\$ 361.472,58	R\$ 186.664,29
33 90 39	Serviços de terceiros - PJ	R\$ 21.830.334,73	R\$ 6.711.717,21	R\$ 6.681.501,21	R\$ 4.079.201,35
	<b>Total :</b>	<b>R\$ 22.898.348,47</b>	<b>7.073.189,79</b>	<b>7.042.973,79</b>	<b>4.265.865,64</b>
					<b>R\$ 22.898.348,47</b>

**VI - Cronograma de Desembolso**

	Parcelas	TOTAL													
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total	
018								752.719,87	752.719,87	752.719,87	752.719,87	752.719,87	752.719,87	752.719,87	4.516.319,22
019		589.432,48	589.432,48	589.432,48	589.432,48	589.432,48	589.432,48	589.432,48	589.432,48	589.432,48	589.432,48	589.432,48	589.432,48	589.432,48	7.073.189,76
020		586.914,48	586.914,48	586.914,48	586.914,48	586.914,48	586.914,48	586.914,48	586.914,48	586.914,48	586.914,48	586.914,48	586.914,48	586.914,48	7.042.973,79
021		710.977,61	710.977,61	710.977,61	710.977,61	710.977,61	710.977,61								4.265.865,64
															<b>22.898.348,47</b>

II - Data e Assinaturas:

rasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

**DOUGLAS SOUZA DE JESUS**  
Diretor do INCRA - Substituto

Unidade Descentralizadora

*Portela*

**NAIR PORTELA SILVA COUTINHO**  
Reitora da UFMA

Unidade Descentralizada